

**A IGREJA E O RESGATE DAS
DÍVIDAS SOCIAIS¹**

João Batista Libanio SJ

Introdução

1. Localização do tema na Semana Social

No primeiro momento desta Semana Social foram estudadas as raízes bíblicas da dívida social. A originalidade de Israel não consistiu no fato de viver situações de opressão e, ao mesmo tempo, de organizar reações e lutas de libertação. Todos os povos fizeram, a seu modo, tal experiência, até hoje. Haja vista as lutas pela independência, as reivindicações operárias, etc. Pertence à história humana de todos os tempos essa triste sina de que os poderosos oprimem os mais fracos e estes, de tempos em tempos, armam suas reações com maior ou menor sucesso. Buscam de mil maneiras encontrar meios, ou simplesmente de sobrevivência, ou mesmo de emancipação. A Bíblia não é,

¹ Palestra pronunciada na Semana Social, em Belo Horizonte, Região Nossa Senhora da Conceição, no dia 29 de agosto de 1998.

portanto, nenhum roteiro nem modelo de formas de libertação. Cada época tem as suas. Qualquer cópia material das mesmas não passa de anacronismo.

A originalidade da Escritura é a revelação de que o Senhor Javé está ao lado do oprimido. Presença de graça e de amor. Mas em nada dispensa o esforço humano de encontrar, em cada momento, as vias concretas de resgatar as dívidas sociais do povo pobre. A revelação deixa-nos no limiar de um processo com duas garantias teológicas: a vitória final está assegurada; a escatologia está ao lado dos pobres, porque Deus se coloca junto a eles. Nada define nem determina, porém, como essa escatologia se prepara na história. Vai depender dos que acolheram a revelação e concretamente se vão empenhando em tal processo libertador. Por isso, tem sentido que hoje nos ponhamos a pergunta de como devemos enfrentar, em termos de século XX, o resgate dessas dívidas, na originalidade de nosso contexto, sem copiar nenhuma forma antiga. Guardamos, por conseguinte, da Escritura a certeza da presença de Deus e a certeza da vitória. Até lá, a luta, as dúvidas e acertos, as vitórias e derrotas intermediárias.

A ética situou-nos no coração da relação interna de toda dívida: credor e devedor. Falar de ética no contexto do resgate das dívidas sociais é perguntar-se, antes de tudo, pela maneira como elas foram contraídas, quais as condições que se estabeleceram e como podem ser saldadas. Há uma ética que comanda a criação de toda dívida de ambos os lados. Um credor pode aproveitar da fraqueza do devedor e impor duras condições. Isso violenta gravemente a ética.

Em geral, falou-se sobretudo da dívida interna e externa. Há aí todo um enorme e grave problema ético. O tema da Semana Social sobre as dívidas sociais não se desvincula totalmente dessa dupla dívida, mas amplia seu campo.

Num terceiro momento, estudou-se a dimensão política das dívidas sociais. A sociedade existe para garantir os direitos sociais de cidadania. A dívida social afeta o exercício dos direitos sociais, seja negando-os, seja, pelo menos, restringindo-os.

2. Elenco das dívidas sociais e suas raízes

Antes de falar do papel da Igreja no resgate das dívidas sociais, cabe, ainda à guisa de introdução, fazer-se uma idéia da natureza e abrangência das dívidas sociais e as suas raízes. Ajuda-nos visualizá-las num quadro dentro do qual a ação da Igreja deve desenvolver-se.

Há um conjunto de dívidas sociais que se referem à condição humana de vida. Dizem respeito à saúde, à habitação, à alimentação, ao lazer, à segurança social. Outras vinculam-se mais diretamente ao setor econômico, como à existência, às condições e relações de trabalho, incluindo sobretudo a questão salarial, a distribuição de renda. Outras afetam a participação na política. Há dívidas culturais que atingem os padrões de consumo, o acesso à escolaridade, a organização do sistema educativo do país. Cresce a sensibilidade em relação às dívidas ambientais, provocadas pela destruição da natureza, pela poluição sonora, do ar, das águas, da terra. No mundo dos valores, do folclore, das tradições populares, aumentam as dívidas causadas pela mídia. No próprio setor religioso, há dívidas em relação aos negros e índios. Enfim, é vastíssimo o leque das dívidas sociais. Elas se dão tanto a nível nacional, como regional e local.

Quadro tão impressionante de dívidas sociais não pode ter sido criado de um dia para o outro. Há por detrás delas longa história. Antes de tudo, situamo-nos no Ocidente. A sua grande narrativa é a acumulação. Desta sorte, se analisarmos todos os setores, do econômico ao cultural, do patrimonial ao espiritual, vamos ver que o Ocidente foi descrevendo uma trajetória de acumulação sempre maior por parte de uns com a exclusão de outros. Com isso, as dívidas sociais foram crescendo. Onde não se forçou, por meio de duras e longas lutas, mecanismos distributivos, o movimento acumulativo foi aumentando as dívidas sociais.

Pertence à mais triste tradição do Brasil, iniciada lá nos primórdios com as capitâneas hereditárias, um tipo de desenvolvimento que foi agravando as dívidas sociais. A estrutura latifundiária, a industrialização de maneira dependente, primeiramente da Inglaterra e depois dos EE. UU. e das empresas transnacionais, o virulento neoliberalismo atual só foram agravando a concentração de renda e a exclusão das grandes maiorias.

Essa última fase neoliberal do capitalismo está sendo caracterizada por um Estado submisso e intermediário das diretrizes externas impostas pelos principais centros econômicos mundiais. O mercado internacional determina os centros dinâmicos da economia. A base produtiva se fragiliza, tornando-se vulnerável aos fatores externos. Implanta-se um tipo de modernização da economia que não absorve mão de obra. Cresce a distância social entre as classes. Fragmenta-se nosso território segundo lógicas excludentes. Enfim, sofre-se uma degradação da identidade cultural (Benjamin César et alii, *A opção brasileira*, Rio: Contraponto, 1998, p. 59).

Em termos simples, fracassou rotundamente a "teoria do bolo", tão alardeada nos tempos dos Governos Militares, de que era necessário

fazer crescer a acumulação na economia (fazer o bolo crescer) para depois entrar numa fase distributiva (repartir o bolo). Até hoje o bolo cresce e a repartição não chegou. Persiste a acumulação com breves e minguidos momentos de distribuição.

A função do Estado, ao longo da história da nossa vida econômica, excluindo certas intervenções na criação de direitos trabalhistas, tem sido nefasta em relação às dívidas sociais. Familista, patrimonialista, protetor das classes dominantes, corrupto, ineficiente agravou mais a situação social que resolveu. Não realizou as reformas de base necessárias para um mínimo de vida social: reforma agrária, educacional, tributária, etc.

A atual fase neoliberal tem piorado ainda mais o panorama das dívidas sociais. O Estado tem perdido sua reduzida autonomia, tem-se atrelado ao setor financeiro nacional e internacional, com consequências fatais para a vida do povo.

Mais grave parece ser a questão no campo ideológico. A ideologia neoliberal anuncia a morte das ideologias. Maneira enganosa para ocupar sozinha todo o espaço da ideologia. O núcleo ideológico do neoliberalismo é a afirmação neodarwiniana da vitória do mais sadio econômico em todos os setores. Concorrência sem peias, competência, eficiência, alta tecnologia alcançada à custa de pesados investimentos no mundo do conhecimento criam o mecanismo inexorável de eliminação de qualquer concorrente que não consegue armar essa mesma seqüência lógica.

Diante de tal situação, a Semana Social levantou a pergunta: Que papel a Igreja pode e/ou deve cumprir para colaborar no resgate das dívidas sociais nesse contexto histórico concreto?

3. Inversão de papéis entre credor e devedor

O fato de a Igreja levantar o tema das dívidas sociais produziu um giro de 180° nessa problemática. Até então só se falava em dívida externa e interna. Em se tratando dessas dívidas, o devedor era sempre o Estado brasileiro. E ao mencionar o Estado, no fundo, era todo o povo com seus impostos que deveria cobri-las. E o peso maior tem caído sobre os assalariados. E o grande credor são os países ricos e neles fundamentalmente as Instituições financeiras.

As dívidas sociais invertem os pólos. O principal credor são os pobres, os excluídos, aqueles que não participam dos benefícios da sociedade moderna. E os devedores são os poderes econômicos, as

elites sociais. Quanto maiores, mais devedores. Só essa mudança de perspectiva é extremamente crítica e realista.

4. Tarefa conscientizadora

Já um primeiro passo da tarefa conscientizadora da Igreja foi o levantamento da incômoda questão das dívidas sociais. Quem estava sempre acostumado a pensar-se na qualidade de credor, de repente se dá conta que é um tremendo devedor em relação a todo povo pobre e marginalizado.

Num segundo momento, cabe desmascarar o jogo ideológico do neoliberalismo e desvendar as perversidades do atual modelo de desenvolvimento. A Igreja é chamada a travar essa batalha conscientizadora no campo cultural. O termo cultura assume sentido bem amplo. Implica todas as realidades a que o ser humano atribui sentido. É essa teia de significados que torna a vida humana possível. Estabelecemos uma série de símbolos, ritos, gestos, procedimentos, valores, significados que permitem que nos relacionemos e nos compreendamos.

Ora, a sociedade moderna avançada e, atualmente, no seio do sistema econômico neoliberal, está configurando uma cultura que nos torna óbvia uma série de mecanismos, de valores. E alguns são perversos, mas, pela sua profunda inserção na nossa cultura, apenas nos damos conta disto. Só um movimento "contracultural" poderá desmascarar esse jogo. Vejamos.

O jogo cultural do capitalismo atual avançado assenta sobre a confusão entre desejo e necessidade. Já tendo satisfeito nos países mais avançados as necessidades básicas, ele só consegue crescer se ampliar o leque das necessidades. Para isso tem de despertar novos desejos produzindo bens cada vez mais sofisticados e transformando-os em novas necessidades num processo linear interminável. Desta sorte, as inovações tecnológicas vão lentamente se fazendo necessárias. Com isso, desaparece o conceito de supérfluo e sai do horizonte a perspectiva de distribuir. O necessário não sobra e, portanto, não pode ser distribuído.

O sistema produtivo estrutura-se, portanto, já não para resolver as necessidades básicas, mas para suscitar sempre novos desejos num processo interminável, já que os desejos são infinitos.

Ora bem, esse processo é transposto para nossos países que ainda não resolveram suas necessidades básicas. Em vez de orientar-se a produção nessa direção, ela se encaminha para as novas necessidades

artificialmente provocadas que sempre serão das minorias. E as massas ficam excluídas do horizonte desse círculo produtivo.

Mais. Por meio de um jogo mimético, as próprias classes populares entram nessa farândola em que desejam os bens produzidos para as sociedades avançadas, saltando o patamar das necessidades básicas satisfeitas. Temos, por isso, distorções gigantescas. Faltam bens básicos e compram-se bens sofisticados. Chega-se ao extremo de preferir-se o nada a ter um bem na expectativa de um bem de consumo conspícuo. Assim um jovem popular não aceita calçar um tênis comum. Quer somente Nike. "Nike ou nada". E para conseguir o "Nike", ou se priva de bens fundamentais, ou arrisca gestos de violência para consegui-lo. Uma indústria de bens populares poderia ter enorme potencial de compradores, ser aquecida, abrindo lugares de trabalho, mas fica bloqueada culturalmente pelo desejo-necessidade mimético de só se consumirem bens com grife sofisticada.

Como se vê, trata-se de um problema cultural de imitação dos países ricos já com suas necessidades fundamentalmente satisfeitas e, portanto, imerso num tipo de produção sofisticada, por parte de nossos países antes que tenhamos alcançado esse patamar.

Numa palavra, a conscientização vai na direção do desmascaramento da defasagem gigantesca entre a realidade concreta do país, carente de bens fundamentais, e as promessas mirabolantes de um consumo sofisticado, que sempre será para minorias. Tudo em nome da modernização, da abertura de mercado, do desenvolvimento, da alta tecnologia. Um tipo de desenvolvimento dos países avançados nunca resolverá os problemas básicos de nossos países. E a crítica pode ir mais fundo, desocultando o tipo de ser humano que essa espécie de desenvolvimento revela: um ser com desejos materiais, sem perspectiva social e sem responsabilidade histórica, a ponto de transformar tais desejos em necessidades. Descarta-se, por isso, qualquer possibilidade de ajuda aos outros, já que tudo se torna necessário e nada sobra. E poupanças vultuosas se fazem necessárias para manter uma tecnologia avançada e criativa de novos produtos em vista de ganhar a concorrência. Com isso, destróem-se também parques industriais que teriam ainda extraordinária função produtiva com capacidade de empregar, mas que não resistem a onda da necessidade modernizadora sem nenhuma referência às verdadeiras necessidades sociais do país.

5. Tarefa ética

Por detrás desse jogo modernizante, há um sistema comandado por valores sem uma referência ética imediata e direta; antes de tudo,

nos países centrais enquanto propulsores do crescimento econômico. E este, quando praticado nos países periféricos, não passa de pura imitação sem referência às reais necessidades do povo.

O papel ético da Igreja é fazer aparecer o real mundo de valores subjacente e confrontá-lo, tanto com uma compreensão da pessoa humana no quadro dos direitos humanos pessoais e sociais, quanto com a tradição evangélica. Noutras palavras: o tipo de modo produtivo, a natureza do desenvolvimento tecnológico, a ação do capital, o modelo de consumismo devem ser submetidos a juízos éticos.

Contraria à ética o fato de planejar, em nome da tecnologia, da concorrência e da modernização, uma produção unicamente a partir do critério do lucro, prescindindo das reais necessidades do país, do seu estágio de desenvolvimento histórico. O mesmo vale quanto ao capital. A Igreja é chamada a colaborar na elaboração de uma ética do capital, especialmente financeiro, que está produzindo, em cascata, crises incontroláveis, especialmente nos países emergentes. O consumismo de bens conspicuos e sofisticados também cai sob o juízo ético especialmente num país em que as necessidades básicas ainda não foram satisfeitas.

As pesquisas de opinião têm revelado uma triste imagem dos políticos. Em geral, ocupam os piores lugares na confiabilidade do povo. Isso é tanto mais grave quanto mais importante é a política para um país como o nosso. Cabe à Igreja enorme tarefa de batalhar pela ética na política. Em nível nacional, a Igreja tem trabalhado nesse campo. A relevância de seu papel decorre de sua presença capilar na sociedade. Por isso, com certo humor, Betinho dizia que o Brasil só tinha dois partidos que cobriam todo o território nacional: a Igreja e as Forças Armadas. Com essa maravilhosa possibilidade de fazer-se presente, com suas dioceses, paróquias e comunidades, a todos os rincões do Brasil, a sua campanha pela ética na política certamente contribuirá para o resgate de uma das maiores dívidas sociais do país. A política tem sido, muitas vezes, reduto de grupos de interesse, uns ancestrais, outros mais modernos. Haja vista a triste figura do coronelismo do Nordeste, as políticas familiares de muitas regiões e mais recentemente a corrupção pela via das grandes empreiteiras.

Recentemente temos vivido tristes experiências casuísticas de leis em troca de benefícios pessoais, familiares ou da própria reeleição, sem visão de nação. Sabemos que a política nasceu em estreito vínculo com a ética na *pólis* grega para livrar-se do tirano político e para superar o quadro cultural de uma realidade huma-

na regida pelo destino. Na modernidade, sob a influência do pensamento de Maquiavel, a política se distanciou da ética, transformando-se muito mais numa arte de manter ou conquistar o poder. Triunfa o império das razões de Estado, da busca das condições melhores para o exercício do poder, da eficiência técnica do gerenciar o poder. Tal situação está tornando-se insuportável para a consciência ética por causa das aberrações a que tem chegado a política. Portanto, o resgate das dívidas sociais na política passa necessariamente pela ética.

6. Tarefa democratizadora

Honestamente temos que reconhecer que a Igreja, no campo da democracia, merece a reprovação de Jesus aos discípulos de Emaús: "Ó homens sem inteligência e de coração tardos" (Lc 24, 25). Com efeito, a modernidade já tinha, sob certo sentido, consagrado os princípios fundamentais da democracia no final do século XVIII, e a Igreja reagia negativamente contra ela. Só tardiamente, em tempos de Pio XII, ela se pronuncia favoravelmente a respeito da democracia. Com efeito, já no final da guerra, quando os regimes totalitários e ditatoriais de Hitler e Mussolini estavam quase desabando, Pio XII pronuncia sua famosa radiomensagem natalina em defesa da democracia.

Não faz mal. Mas hoje a Igreja está convicta da importância do espírito e do regime democrático. Cabe-lhe enorme tarefa de prolongar essa convicção para além das aparências de uma democracia formal, que cada dia se torna mais presa da mídia do que expressão da vontade popular. No interior da democracia abre-se enorme campo de defesa dos "direitos republicanos" que consistem fundamentalmente no controle da administração pública por parte da população, numa luta ferrenha contra a corrupção, o favoritismo, o nepotismo, o uso da máquina do Estado como propriedade privada do governante.

Sem dúvida, o resgate dessa dívida democrática volta-se contra a própria Igreja, pedindo-lhe maior coerência com o espírito democrático no seu interior. Respeitando evidentemente a sua natureza própria de um corpo religioso, cujos elementos fundamentais dependem da vontade de Cristo, há, no entanto, enorme espaço para verdadeira democracia no seu interior, evitando por parte da hierarquia atitudes autoritárias e arbitrarias. Dessa maneira, a Igreja resgata no seu próprio interior uma dívida social em relação aos leigos.

7. Tarefa mediática

Na vida de uma sociedade, quer na sua criação como na manutenção, o imaginário social desempenha papel eminente. A sociedade procura entender-se a si mesma, conferir-se um sentido, uma racionalidade. Ela cria um "imaginário social" que dá significado a tudo o que pode apresentar-se no corpo social e fora dele. Torna a vida de seus membros possível, concebível, normal, ao apresentar-lhe fins, normas, valores. Numa palavra, cria uma identidade.

Ora bem, hoje a mídia tem enorme poder para gerar, organizar o mundo dos símbolos, dos valores de uma sociedade. Na Idade Média, a Igreja Católica foi, sem dúvida, a instituição hegemônica, e participou eminentemente na construção do imaginário da Cristandade. Agora cabe tal tarefa máxime à mídia.

O "imaginário social" do Brasil é responsável por uma terrível anomalia que está, fora de dúvida, na base de muitas injustiças sociais. Somos um povo em que as pessoas se pensam, se entendem, se julgam, se compreendem em duas categorias opostas. Uns são superiores, outros inferiores. A mídia reforça continuamente tal imaginário. E desperta nas pessoas o desejo de passar de uma situação para a outra pela via mágica do enriquecimento rápido. Daí tantos sorteios, loterias, jogos de azar e propostas mirabolantes de salários gigantescos. No horizonte imaginário estão os modelos de atletas, locutores, artistas que ganham uma fábula de dinheiro para deixarem definitivamente o lugar da inferioridade, de onde muitos vieram, para galgar o patamar da superioridade. Essa passagem se faz por toque de mágica pela força do dinheiro ou do poder conquistado.

Labutar para construir um imaginário fundamentado na igualdade radical do ser humano, não por atributos extrínsecos, mas simplesmente pela sua própria dignidade humana, constitui tarefa sumamente relevante na linha do resgate social. Tal só será possível por um trabalho constante, persistente sobre as mentes e corações através da mídia. Importa, portanto, que a presença da Igreja na mídia vise a transformação desse imaginário social que sustenta, legitima, justifica essa situação de monstruosa diferença social.

Conclusão

Assim como as dívidas sociais são inúmeras, e indicamos apenas algumas, assim também as tarefas da Igreja têm o tamanho de nossa criatividade, imaginação, compromisso. Por isso, essa palestra poderia

prolongar-se para além do tempo que lhe foi destinado por serem tão gigantescos os desafios. A Igreja não pode esquecer que, apesar do processo de secularização em curso, com a dupla consequência da perda de força das instituições religiosas e da privatização individualizante da religião, ainda goza de poder convocatório no Brasil. No resgate das dívidas sociais talvez lhe caiba mais do que tudo convocar, mobilizar o conjunto da sociedade civil e provocar o Estado para que se empenhe nessa tarefa. Como, aliás, o tem feito por meio das Campanhas da Fraternidade, destas Semanas Sociais, das cartilhas eleitorais, do Grito dos Excluídos, e de muitas outras campanhas. Portanto é só continuar e aprofundar tal missão.

João Batista Libanio SJ, doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana - Roma (1968); é professor de Teologia na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus em Belo Horizonte; fundador e membro da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião); membro do Conselho Arquidiocesano de Pastoral de Belo Horizonte, e autor de muitas obras, entre as quais, de publicação recente: *Deus e os homens: os seus caminhos*, Petrópolis: Vozes, 3ª ed. 1996; *Teologia da Revelação a partir da modernidade*, Coleção Fé e realidade, 31, São Paulo: Loyola, 4ª ed. 2000; *Eu creio - Nós cremos: Tratado da Fé*, coleção Theologia - 1. São Paulo: Loyola, 2000.

Endereço: Caixa Postal 5047
31611-970 Belo Horizonte - MG
E-mail: isiprof@globalsite.com.br